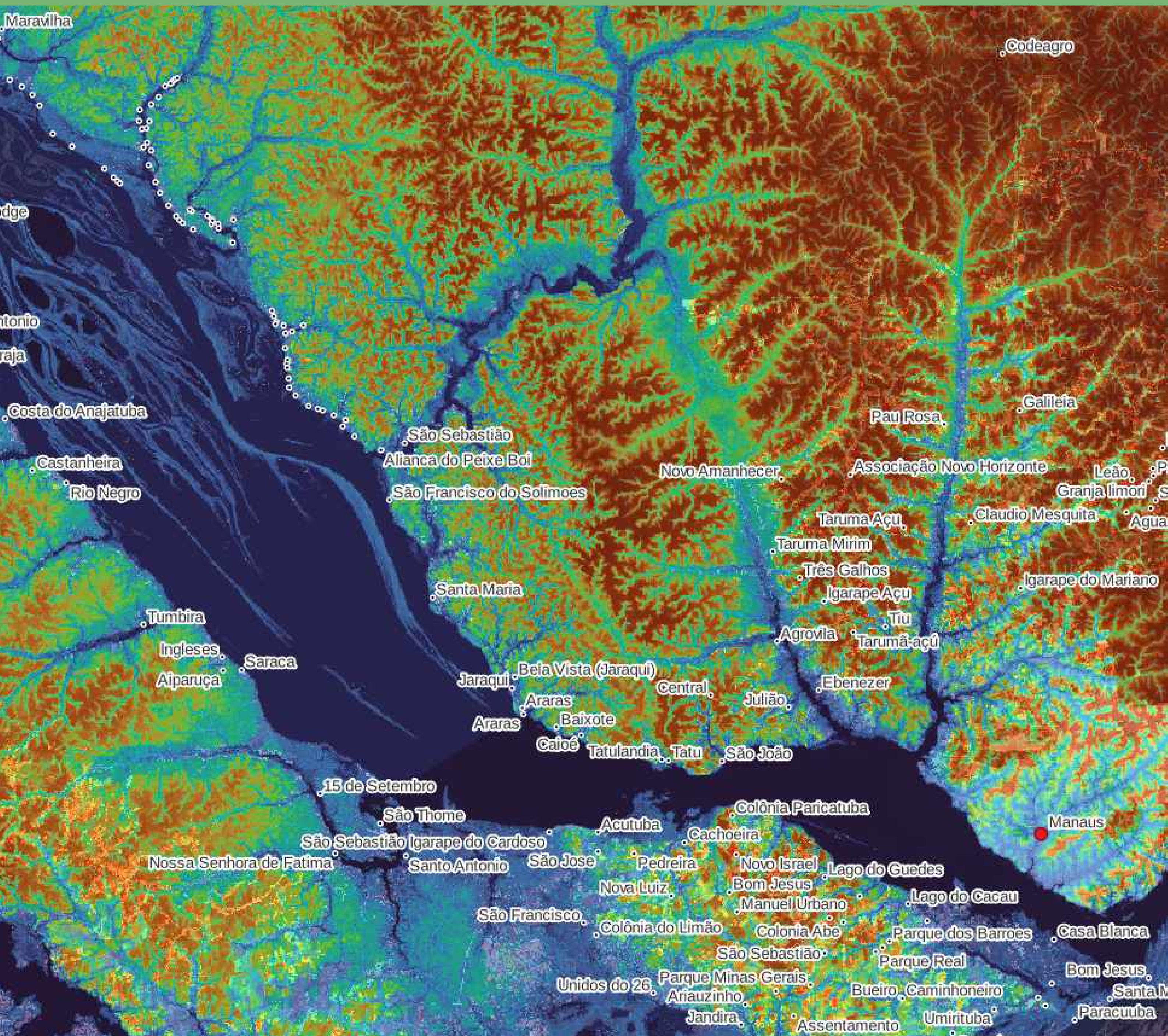


Cidades, vilas e comunidades no contexto territorial do MBRN

01 Nota técnica para políticas públicas





**rotas e
pegadas**
CAMINHOS INTEGRADOS
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO BAIXO RIO NEGRO

Realização



Parceiros Financiadores



Cidades, vilas e comunidades no contexto territorial do MBRN

01 Nota técnica para políticas públicas

Ficha Técnica

Texto: Heitor Paulo Pinheiro.

Revisão: Maurília de Souza Gomes.

Coordenação Editorial: Heitor Paulo Pinheiro.

Projeto Gráfico e editoração: Ana Karoline Brasil.

Finalização: Maurília de Souza Gomes e Daniel Sobreira.

Fotos: Heitor Pinheiro.

Gráficos e mapas: Laboratório de Geoprocessamento da FVA (LABgeo).

Fundação Vitória Amazônica

Coordenação Executiva: Fabiano Lopez da Silva.

Coordenação Executiva Adjunta: Ana Cristina Ramos de Oliveira.

Corpo Técnico Geopolítica da Conservação: Feliciano de Souza Maciel, Heitor Paulo Pinheiro, Ingrid Silva de Freitas Fagundes, Karen Sayuri Takano, Marcelo Augusto dos Santos Junior .

Manaus

Rua Estrela D´alva, 146, Conjunto Morada do Sol, Aleixo.

69060-093, Manaus - Amazonas - Brasil

Tels. +55 (92) 3642-4559/3236-3257/3302-7262

Fax: +55 (92) 3302-7261

Novo Airão

Rua Puduari, s/nº, Quadra 253, Santo Elias

69730-000, Novo Airão - Amazonas - Brasil

Tel. +55 (92) 3365-1630

www.fva.org.br

A reprodução total ou parcial desta obra é permitida, desde que citada a fonte.

ÍNDICE

1. Introdução	5
2. O que são Unidades de Conservação?	5
2.1. Unidades de Conservação Federais	6
2.2. Unidades de Conservação Estaduais	6
2.3. Unidades de Conservação Municipais	6
3. Sobre o mosaico do Baixo Rio Negro	7
3.1. Ameaças e estratégias de conservação do MBRN	7
4. Principais cidades no entorno do MBRN	8
4.1. Sobre as cidades.....	8
4.2. Novo Airão	8
4.3. Manaus	9
4.4. Iranduba	10
4.5. Manacapuru	11
4.6. Maraã, Tefé, e Uarini	12
5. Vilas e o contexto histórico na região do baixo Rio Negro	14
6. Comunidades expressivas e suas centralidades na região do MBRN	15
6.1. Rio Unini (PARNA Jaú e RESEX Rio Unini)	15
6.2. Parque Nacional do Jaú	15
6.3. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista	15
6.4. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé	15
6.5. Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte	15
6.6. APA da margem direita do Rio Negro Setor Paduari/Solimões	15
6.7. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro	16
6.8. APA da margem Esquerda do Rio Negro Setor Tarumã-Açu/Mirim	16
14. Considerações e recomendações	17
15. Referências.....	18

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mosaico do Baixo Rio Negro, cidades e a RMM - Elab. Geóg. Heitor Pinheiro	5
Figura 2 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé	6
Figura 3 - Artesanato produzido na RDS do Rio Negro.	6
Figura 4 - Reunião do Conselho do MBRN, 2015.	7
Figura 5 - Reunião do Conselho do MBRN, 2022.	7
Figura 6 - Mapa do mosaico e desmatamento no entorno de cidades e comunidades.	8
Figura 7 - Mapa entorno imediato de Novo Airão.	9
Figura 8 - Mapa entorno imediato de Manaus.	10
Figura 9 - Mapa entorno imediato de Iranduba.	11
Figura 10 - Mapa entorno imediato de Manacapuru.	12
Figura 11 - Mapa entorno imediato de Tefé, Maraã e Uarini.	13
Figura 12 - Ruínas da Vila de Airão Velho	14
Figura 13 - Orla da cidade de Barcelos	14
Figura 14 - Centralidades de relevância territorial no MBRN	16

Introdução

O estudo de cidades, vilas e comunidades na Amazônia é essencial para o ordenamento e gestão territorial, e para o entendimento dos fluxos de abastecimento e movimentação de pessoas e mercadorias pelo espaço geográfico. As cidades são consideradas pólos de oferecimento de infraestrutura e serviços, concentrando grande parte da população nesta região. Em seguida, destacam-se as vilas, como entrepostos entre as comunidades e as cidades. Também vale ressaltar a importância das vilas e das comunidades no abastecimento das cidades, em virtude da conexão direta com os produtores rurais e os fluxos de transporte fluvial que às conectam com o Sistema Territorial Urbano Ribeirinho - STUR (BARTOLI, 2017). O território do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN) abrange nove cidades - Barcelos, Novo Airão, Manaus, Presidente Figueiredo, Manacapuru, Iranduba, Tefé, Uarini e Maraã - e apresenta grande complexidade para o entendimento das dinâmicas da rede urbana, sendo atenuadas pela presença de várias unidades de conservação (UC), terras indígenas (TI) e o contexto geopolítico que atua nas calhas dos rios Negro e Solimões, além de seus afluentes. Para auxiliar o entendimento desta realidade territorial, será necessário descrever as estruturas espaciais que compõem o MBRN, as características das principais cidades, vilas e comunidades, destacando a importância destas feições neste contexto territorial.

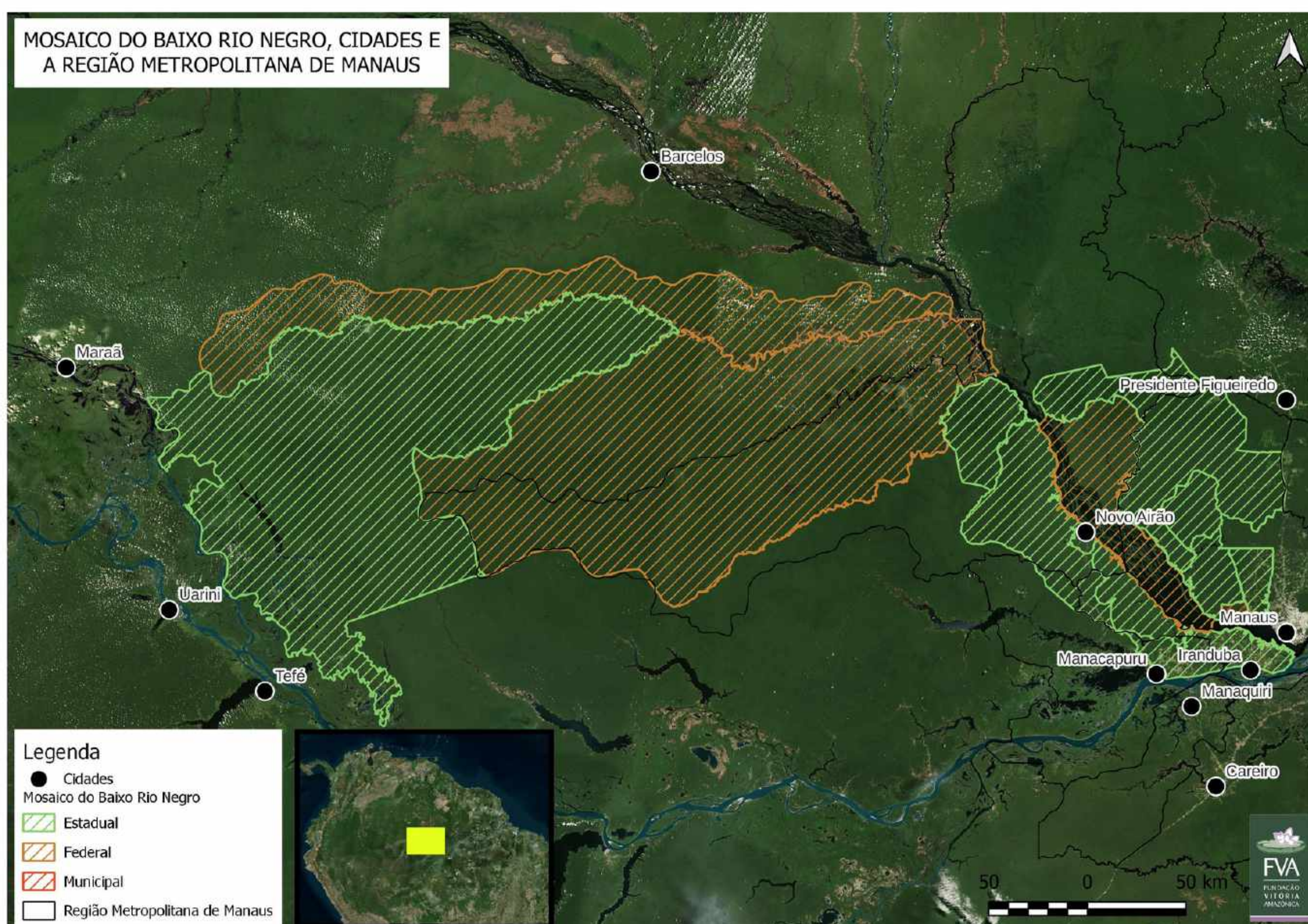


Figura 01. Mosaico do Baixo Rio Negro, cidades e a RMM - Elab. Geóg. Heitor Pinheiro.

- **O que são Unidades de Conservação?**

Unidade de Conservação (UC) é o termo técnico utilizado para a área protegida que devem ser preservada, em virtude das características especiais que ela apresenta. Essa denominação foi dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) - Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (ATLAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS, 2022). As UCs estão divididas em dois grandes grupos: unidades de conservação de proteção integral, que apenas é permitido o uso indireto de seus recursos, e unidades de conservação de uso sustentável, onde se admite a presença de moradores. Nas UCs, são de extrema importância para a geração de renda das comunidades, as atividades relacionadas ao extrativismo, à pesca de subsistência, ao turismo etc. A gestão de uma UC pode ser Federal, Estadual, Municipal ou, até mesmo privada.

Unidades de Conservação Federais

Unidades de Conservação Federais são as estruturas territoriais de conservação - áreas de proteção integral ou de uso sustentável - geridas pelo Governo Federal. São de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão, que além da gestão, concede outorga de títulos de concessão para assegurar a permanência das comunidades tradicionais em suas áreas. As áreas de proteção integral podem ser: Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre. Já as de uso sustentável, se dividem em: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2022). As UCs Federais do MBRN são o Parque Nacional do Jaú, Parque Nacional de Anavilhanas e a Reserva Extrativista do Rio Unini.

Unidades de Conservação Estaduais

No Amazonas, as Unidades de conservação Estaduais são geridas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), por meio do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação - DEMUC. Integram o MBRN, três Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, Puranga Conquista e Amanã; três Áreas de Proteção Ambiental (APA): a da Margem Direita Rio Negro - Setor Puduari/Solimões, a da Margem Esquerda do Rio Negro - Setor Aturiá/Apuauzinho e a da Margem Esquerda do Rio Negro - Setor Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim e, ainda, dois Parques Estaduais, que recebem a sigla de PAREST: o PAREST do Rio Negro - Setor Norte e o PAREST do Rio Negro - Setor Sul.

Unidades de Conservação Municipais

Este tipo de UCs são geridas por secretarias municipais de meio ambiente e, normalmente, estão localizadas no entorno imediato das áreas urbanas. Inserida no MBRN, está a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, gerida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS/MANAUS). Na Região Metropolitana de Manaus (RMM), há outras, como o Parque Natural Cachoeira das Orquideas, em Presidente Figueiredo, e o Parque Municipal da Caçimba, em Novo Airão. O Amazonas possui uma rede de secretarias municipais de meio ambiente intitulada: Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas e seu estatuto pode ser acessado por meio do link: (<http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Estatuto-FOPES-Aprovado-11.11.2013-Registrado-Cart%C3%B3rio.pdf>).



Figura 02. RDS do Tupé.

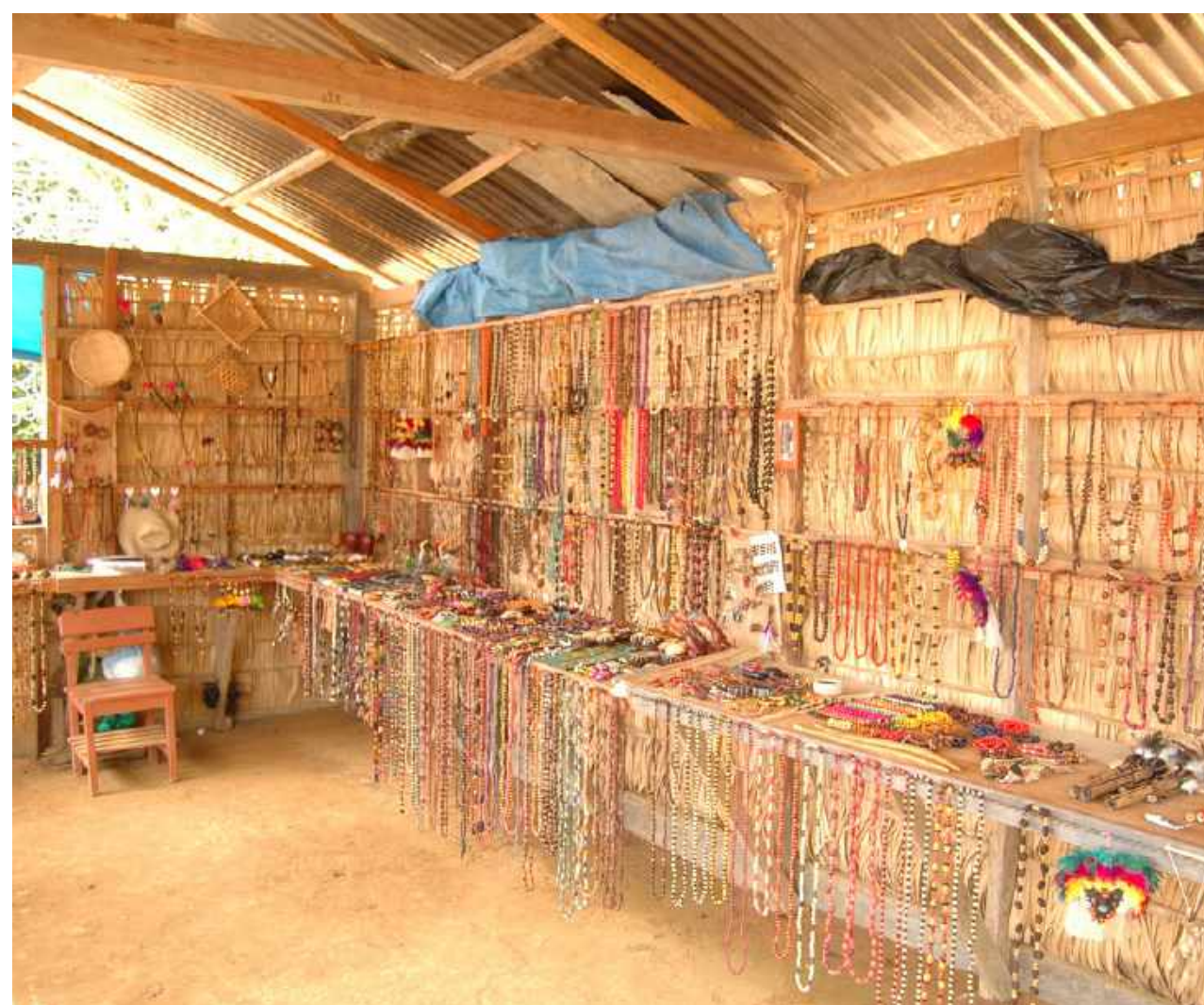


Figura 03. Artesanato produzido na RDS do Rio Negro.

Sobre o Mosaico do Baixo Rio Negro

O Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN) é um coletivo institucional que reúne 13 unidades de unidades de conservação, formalizado pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Portaria n. 483, de 14 de dezembro de 2010. Possui um Conselho Consultivo que promove a gestão integrada do território. Podendo ser considerado como um modelo de gestão para áreas protegidas, o mosaico busca a participação, a integração e o envolvimento dos gestores das unidades, das instituições que atuam no território e da população local na gestão das UCs, com o objetivo de compatibilizar a presença da biodiversidade, valorizar a diversidade social e o desenvolvimento sustentável em um contexto regional. (O ECO, 2022).



Figura 04. Reunião do Conselho do MBRN, 2015.



Figura 05. Reunião do Conselho do MBRN, 2022.

Ameaças e as estratégias de conservação do MBRN

A integridade ambiental do MBRN é um fator de suma importância para a manutenção da qualidade de vida no Estado do Amazonas, associado a aspectos sistêmicos globais, como: geração de chuvas, temperatura e biodiversidade. Atualmente, a conservação deste território vem sendo ameaçada pelo crescimento urbano e periurbano da Região Metropolitana de Manaus (RMM). As cidades, neste contexto, podem ser consideradas como sumidouros de natureza, absorvendo matéria-prima para construção de moradias, estradas e infraestruturas. Matéria-prima esta, que muitas vezes, é de origem ilegal - extraída de áreas protegidas ou não - no entorno dos aglomerados urbanos nos territórios municipais. É válido ressaltar que as estratégias de conservação, por meio da manutenção das áreas protegidas, têm conseguido barrar a expansão da degradação ambiental. Entretanto, a existência uma área protegida não limita a totalidade das ações ilegais: desmatamento, abertura de ramais, queimadas etc. Além disso, outros fatores, como a pesca ilegal, o garimpo e o tráfico de drogas, impactam de diferentes formas a organização territorial desta região e interferem na qualidade de vida das populações ribeirinhas, colocando em risco outras atividades como o turismo, o transporte de mercadorias e de pessoas e as atividades que mantêm o modo de vida da população desta região.

Considerando o que já foi exposto, é fundamental entender a complexidade territorial desta região e o funcionamento da rede urbana, bem como as implicações disto no processo de conservação deste território. Para isso, são necessários estudos, projetos e outras atividades capazes de entender a realidade e as ameaças, possibilitando meios de mitigar e buscando minimizar os impactos da expansão urbana e das atividades ilícitas nas áreas protegidas.

Assim, o monitoramento ambiental se apresenta como elemento essencial, realizado por meio de sensoriamento remoto, geoprocessamento e, em alguns casos, por levantamento de imagens aéreas com o uso de aeronaves remotamente pilotadas (RPA). E, por fim, o fortalecimento da governança conjunta é parte indispensável deste processo para o desenvolvimento de um ordenamento territorial eficaz e seguro para a população residente no MBRN.

Principais cidades no Entorno do MBRN

O Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN) compartilha porções territoriais com a Região Metropolitana de Manaus (RMM), o que torna esse território constantemente ameaçado pela extração ilegal de matéria-prima para construção civil, caça, pesca etc. No entorno do Mosaico estão as cidades de Barcelos, Novo Airão e Manaus, localizadas às margens do rio Negro; Manacapuru, Iranduba e Presidente Figueiredo, no flanco Leste do território; e, ainda, Maraã, Uarini e Tefé, no flanco do Japurá/Médio Solimões. Estes aglomerados urbanos representam nichos de ameaças, levando desmatamento e extração ilegal de recursos naturais, criando assim novos vetores de vulnerabilidade por todo território do MBRN. É válido afirmar que, no entorno imediato dos aglomerados urbanos (15 km), há uma crescente ocupação humana de forma a modificar a paisagem, extraindo matéria-prima e antropizando as áreas naturais.

A relação territorial do MBRN com as cidades pode ser considerada como uma via de mão dupla, onde as comunidades abastecem as cidades com produtos da sociobiodiversidade e recebem, em troca, produtos industrializados que modificam os hábitos alimentares destas populações. As cidades mais inseridas neste contexto são: Novo Airão, Barcelos, Manaus, Iranduba e Manacapuru - próximas à foz do rio Negro -, e Maraã, Tefé e Uarini - nas proximidades da RDS Amanã, na calha dos rios Solimões e Japurá. O posicionamento destas cidades pode ser observado na Figura 06.

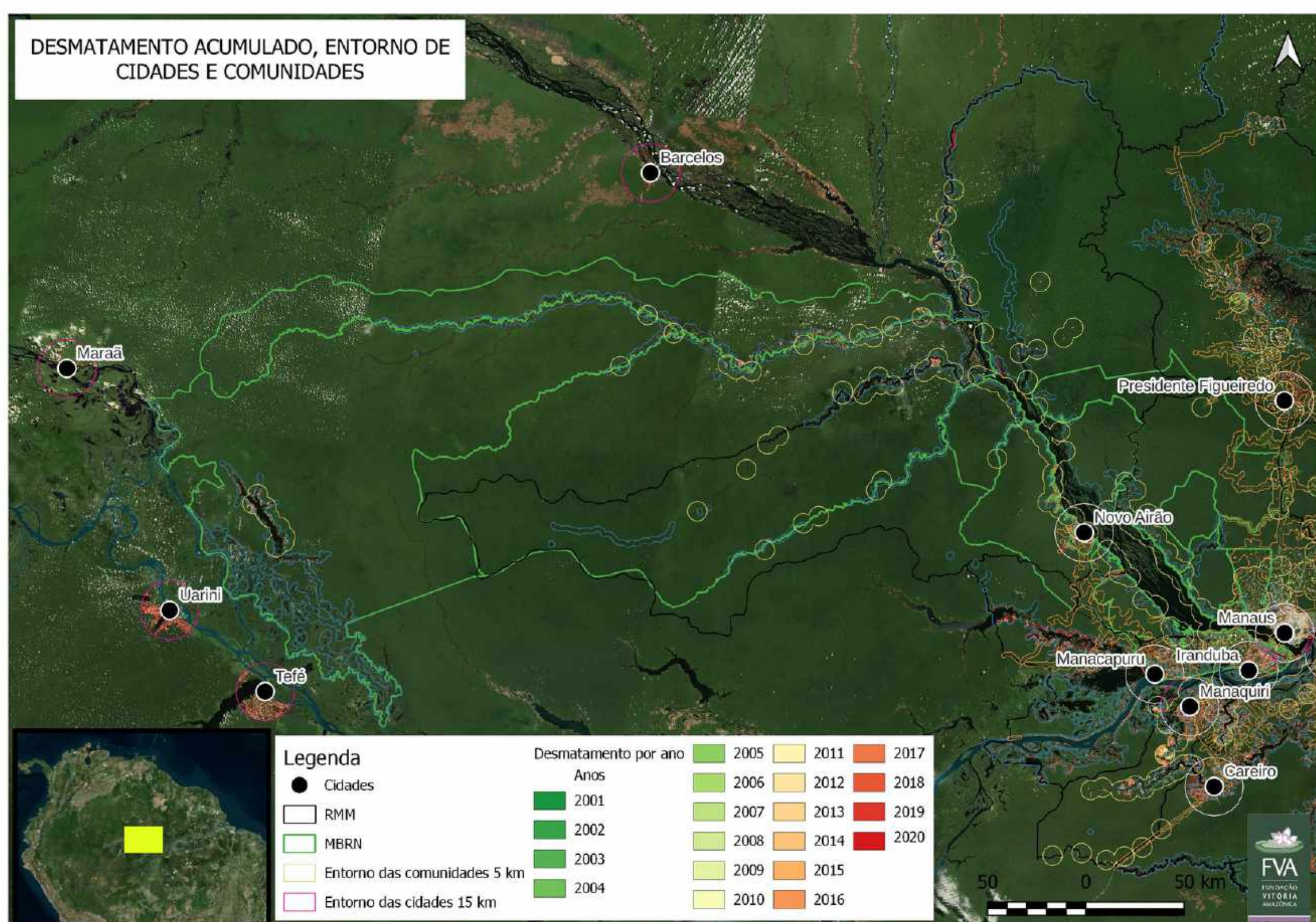


Figura 06. Mapa do mosaico e desmatamento no entorno de cidades e comunidades.

SOBRE AS CIDADES.

Novo Airão

A cidade de Novo Airão está localizada no centro do MBRN e possui relação direta com as Unidades de conservação no seu entorno. É uma cidade em pleno crescimento econômico, voltado para o turismo, e com o aumento perceptível da especulação imobiliária no território municipal que não possui destinação característica de conservação. A população do município está estimada em aproximadamente 20.395 habitantes (IBGE, 2022). Apenas 8,5% dos moradores possuem emprego formal, com salário médio mensal de 1,7 salários-mínimos (IBGE, 2020), e cerca de 48,7% da população possuem rendimento mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo (IBGE, 2010). O PIB per capita do município é de R\$ 8.664,53, com percentual de cerca de 96,9% de receitas de fontes externas (IBGE, 2019; 2015).

Com área territorial de 37.776.770km², Novo Airão possui 15,4% das habitações com esgotamento sanitário adequado; arborização pública em 18,5% e urbanização de vias públicas em 1,3%, sendo pertencente a região imediata de Manacapuru. No quesito esgotamento sanitário adequado, a cidade ocupa a terceira posição entre os quatro municípios na sua região e a 23ª no Estado do Amazonas (IBGE, 2015). No seu entorno imediato, ou seja, aproximadamente 15 km ao redor da sede urbana, estão localizados sítios geográficos às margens da AM-352, parte do arquipélago de Anavilhanas, o Igarapé da Freguesia e comunidades como Trincheira, Igarapé do Castanho, Boa Vista e Tiririca (RDS Rio Negro).

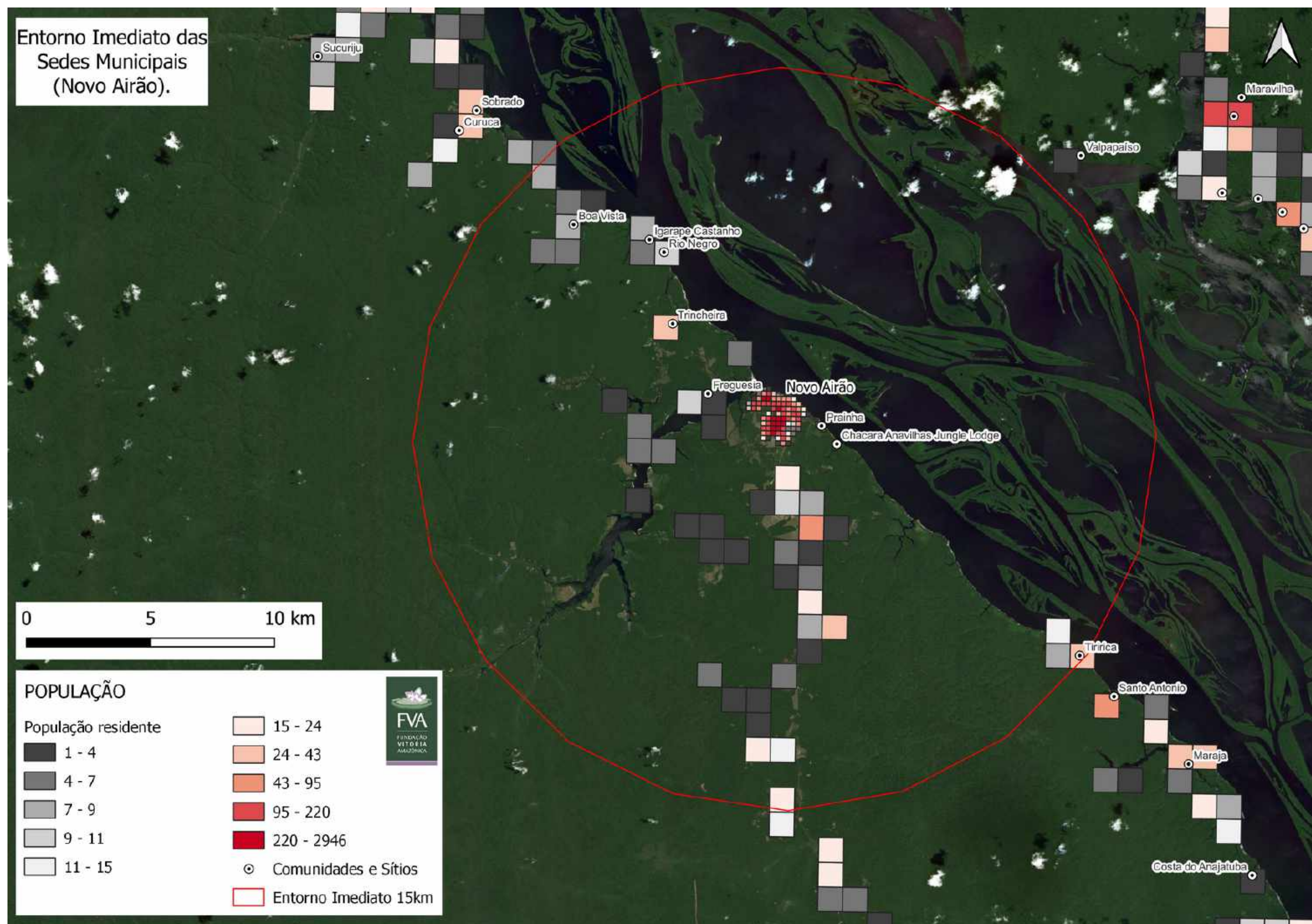


Figura 07. Mapa do entorno imediato de Novo Airão.

Manaus

Manaus é a capital do Amazonas e possui população estimada em 2.255.903 habitantes - a maior do Estado -, representando uma densidade populacional de 158.06 hab/km². A média de salário mensal na capital é de três salários-mínimos, com 526.003 pessoas com ocupação, o que representa 23,7% da população (IBGE, 2020). Além disso, cerca de 37,9% da população possui um rendimento nominal per capita de 1/2 salário-mínimo (IBGE, 2010). A renda per capita do município é de cerca de R\$38.880,73 (IBGE, 2019), com 59,6% das receitas oriundas de fontes externas (IBGE, 2015). Hierarquicamente é considerada como MetrÓpole 1C e dá nome a sua região imediata. Segundo dados do CENSO de 2010, possui cerca de 55.851 pessoas expostas ao risco, apresentando também cerca de 62,4% de esgotamento sanitário adequado e 23,9% de arborização de vias públicas.

Por sua grande extensão territorial, a análise de entorno imediato de 15km não pode ser aplicada neste estudo. Contudo, pode-se considerar que a cidade possui elevada influência em redes de transporte de pessoas e mercadorias para todos os municípios do Amazonas e de cidades de estados vizinhos como Roraima e Pará e até mesmo internacional como é o caso de Venezuela. Por fim, Manaus é o centro comercial do Estado, com influências que ultrapassam o MBRM.

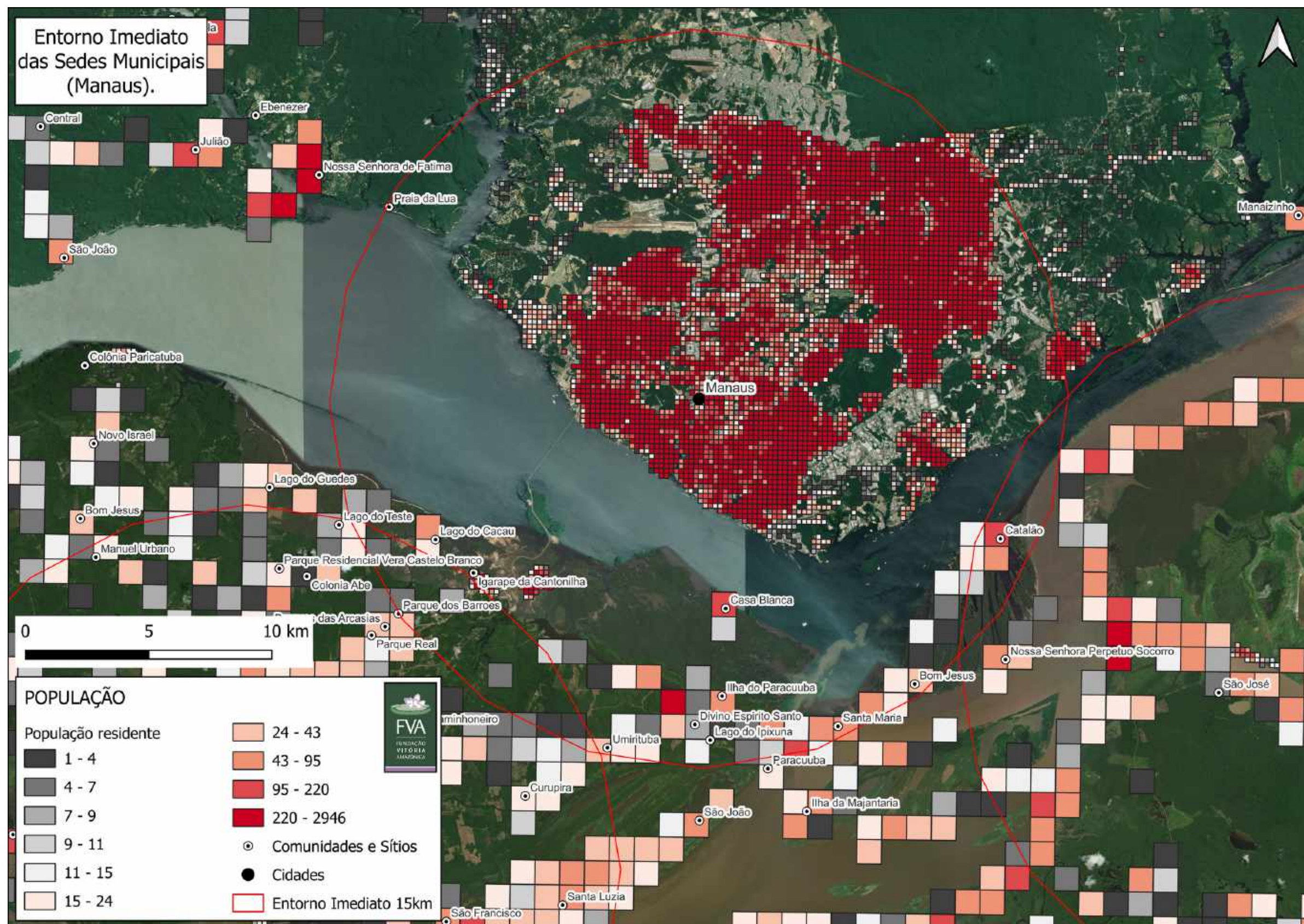


Figura 08. Mapa do entorno imediato de Manaus.

Irlanduba

A cidade de Irlanduba está localizada no entorno do MBRN, porém em seu território municipal estão localizadas **unidades** de conservação pertencentes a este território. É um município que passou por profundas mudanças a partir da construção da Ponte Philippe Down, sobre o rio Negro, e teve uma transformação de um polo produtor de hortifruti para um viés imobiliário de condomínios e chácaras que aumentaram sua população e alteraram a paisagem. Possui uma população estimada em 49.718 habitantes (IBGE, 2021), com densidade demográfica de 18,42 hab/km². População essa que, por se concentrar na sede municipal, influencia na dinâmica de desmatamento na região, causando graves ameaças ao território de áreas protegidas do MBRN. **Em relação a trabalho e rendimento, o salário médio dos trabalhadores formais é de cerca de 1,9 salários-mínimos (IBGE, 2020), com cerca de 4.231 pessoas ocupadas, cerca de 8,6% da população e possui percentual da população com rendimentos de até 1/2 salário-mínimo de cerca de 44,1% (IBGE, 2010).**

A renda per capita é de cerca de R\$13.752,69, com 86,2% de receitas oriundas de fontes externas, possui cerca de 14,7% de esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010), com 22,4% de arborização em vias públicas, com população exposta a risco de 94 pessoas (IBGE, 2010).

Está localizada na região imediata de Manaus, e em seu entorno imediato estão as comunidades: São Judas Tadeu, São Francisco, Jandira, Ariauzinho, Assentamento, Parque Caldeirão, Parque Minas Gerais, São Sebastião, Colônia, Curupira, entre outras. Outro ponto importante são as obras que direcionam o crescimento urbano deste município, como, a duplicação da Estrada Manuel Urbano, o projeto de construção da Cidade Universitária e a proximidade com a capital, Manaus, que interferem nas dinâmicas da paisagem e transformam este município em um dos polos de desmatamento, abertura de ramais e focos de calor nos últimos anos.

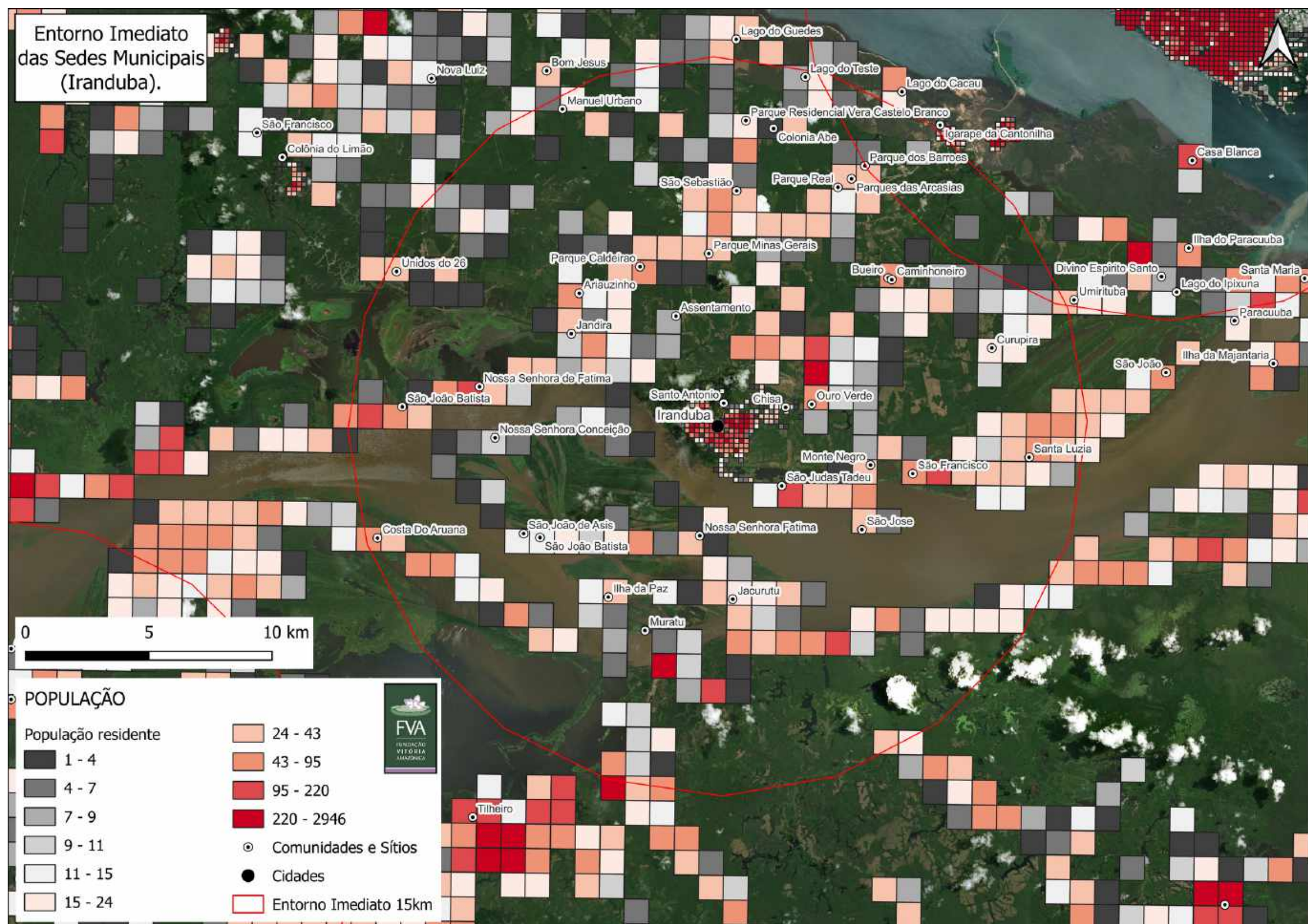


Figura 09. Mapa do entorno imediato de Iranduba.

Manacapuru

Localizada às margens do rio Solimões, a cidade de Manacapuru é considerada uma cidade média de responsabilidade territorial (SCHOR *et al*, 2011), com população municipal de cerca de 99.613 habitantes (IBGE, 2021). Possui densidade demográfica de cerca de 11,62 hab/km², **como sua definição já traduz, possui responsabilidade territorial ímpar, sendo abastecida pela capital Manaus e abastecendo cidades como Novo Airão e as comunidades no seu entorno.** O território municipal abriga, parcialmente, duas Unidades de Conservação parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro e da Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Direita do Rio Negro - Paduari/Solimões. Por possuir uma relação muito forte com o Sistema Territorial Urbano Ribeirinho, sua influência é bem descrita por sua relação fluvial com as comunidades e vilas no seu entorno. Parte de sua população se concentra na sede urbana e em seu entorno, contudo também tem presença nas margens do rio Manacapuru, lago Cabaliana e do rio Solimões **a montante. Destaca-se o número crescente de alerta de focos de calor e desmatamento nesta região, que localiza-se paralelamente a APA MD do Rio Negro até próximo a Novo Airão.**

Em relação a trabalho e rendimento mensal dos trabalhadores, a receita chega a 1,9 salários-mínimos, com cerca de 6.175 pessoas ocupadas ou **cerca de 6,3%** da população, também que o percentual da população com até 1/2 salário-mínimo é de **cerca de 46,1%** da população (IBGE, 2020; 2010). O PIB *per capita* municipal é de **cerca de R\$ 14.902,39**, com 88% de receitas oriundas de fontes externas. O esgotamento sanitário nesse município é de **cerca de 23,7%**, com arborização de 60,2% das vias públicas (IBGE, 2010). **Está localizada na região imediata de Manacapuru, com influência direta de Manaus.**

No seu entorno destacam-se a Vila do Jacaré e as comunidades do Jaeteua, Sacambu, Campinase e Conceição, além de inúmeras localidades isoladas nas margens da hidrografia da região. O município é um forte polo de atração populacional para acesso a infraestruturas e serviços.

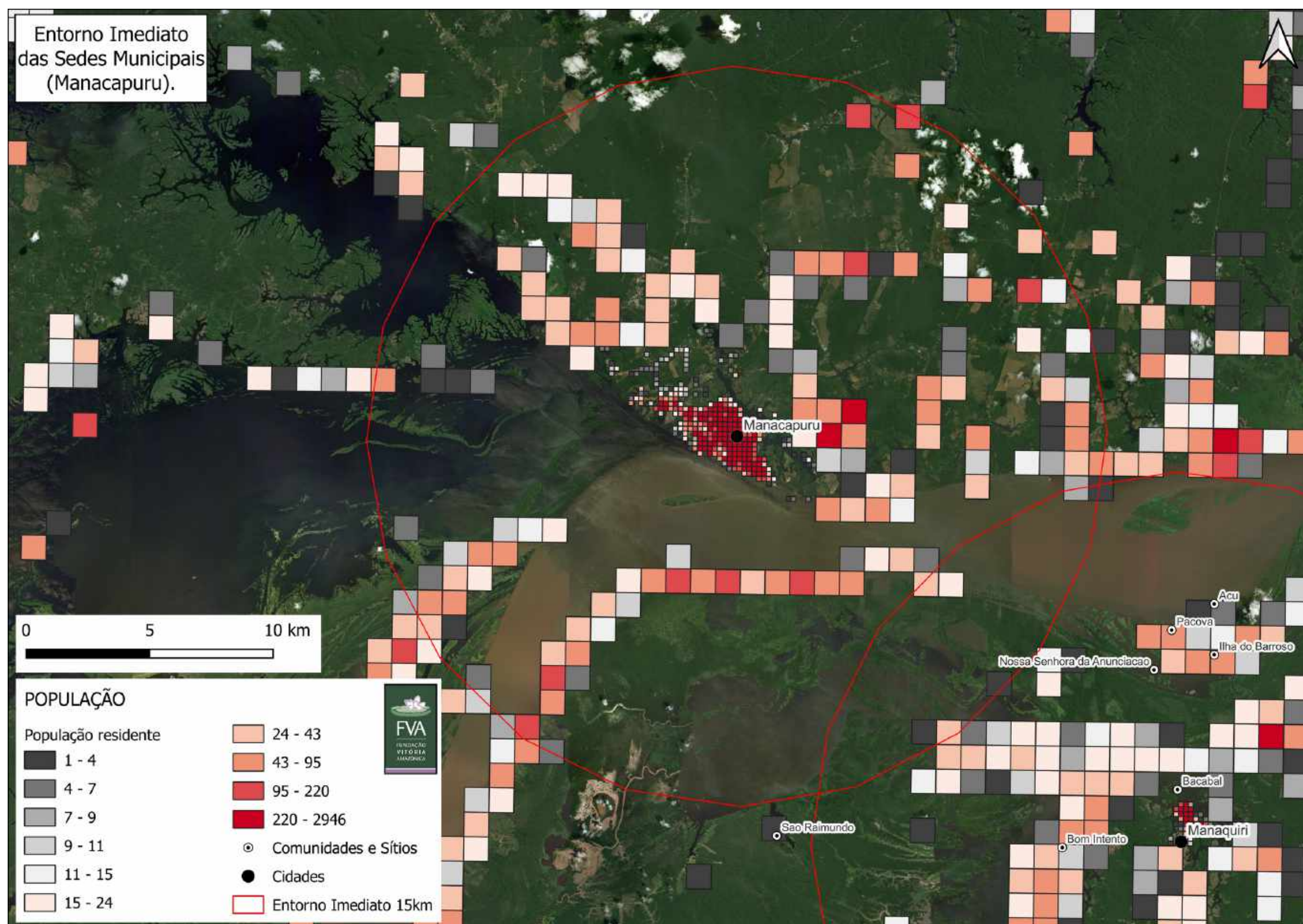


Figura 10. Mapa do entorno imediato de Manacapuru.

Tefé, Marañ e Uarini

Estas cidades apresentam forte relação com o rio Solimões devido ao pescado, da produção de roçados, tendo íntimas ligações com a RDS Amanã e RDS Mamirauá. Representam dinâmicas distintas daquelas encontradas às margens do rio Negro, pelas diferenças paisagísticas e sítios geográficos em seu redor. Estão localizadas em áreas de várzea, mais sujeitas às dinâmicas hidrológicas da bacia.

Tefé se configura como um polo central nesta região. É uma cidade média de responsabilidade territorial e tem sua história registrada pela fundação, no século XVII, de várias aldeias às margens do rio Solimões. O topônimo Tefé tem origem no Nheengatu e significa profundo (Biblioteca Virtual do Amazonas, 2012). A população de Tefé atualmente está estimada em 59,250 habitantes (IBGE, 2021), com uma densidade demográfica de 2,59hab/km² (IBGE, 2010). O PIB *per capita*, em 2019, era de R\$ 17.092,46 - sendo 93,8% destes, de receitas oriundas de fontes externas (IBGE, 2015).

O município de Marañ é banhado pelo rio Japurá e possui população estimada em 18.298 habitantes (IBGE, 2021). A densidade demográfica, de acordo com o último Censo, é de 1,04 hab/km² e o PIB *per capita*, em 2019, era de R\$ 7.609,64 - sendo 92,9% de receitas oriundas de fontes externas (IBGE, 2010; 2015; 2019).

Já o município de Uarini aparece em divisão administrativa do recenseamento geral de 1920, sendo considerada, à época, como distrito de Tefé, assim como outros seis lugares: Caiambé, Caiçara, Jubará, Santa Fé de Japurá e Jauató. A partir de meados do século XIX, acontecem desmembramentos de seu território para dar origem aos municípios de São Paulo de Olivença, Coari, Fonte Boa, Eirunepé, Carauari, Japurá e Marañ. Sua população atual é de 13.839 habitantes (IBGE, 2021), com densidade demográfica de 1,16hab/km² (IBGE, 2010). O PIB *per capita*, em 2019, era de R\$ 14.635,00 - sendo 94,5% destes, de receitas oriundas de fontes externas (IBGE, 2015).

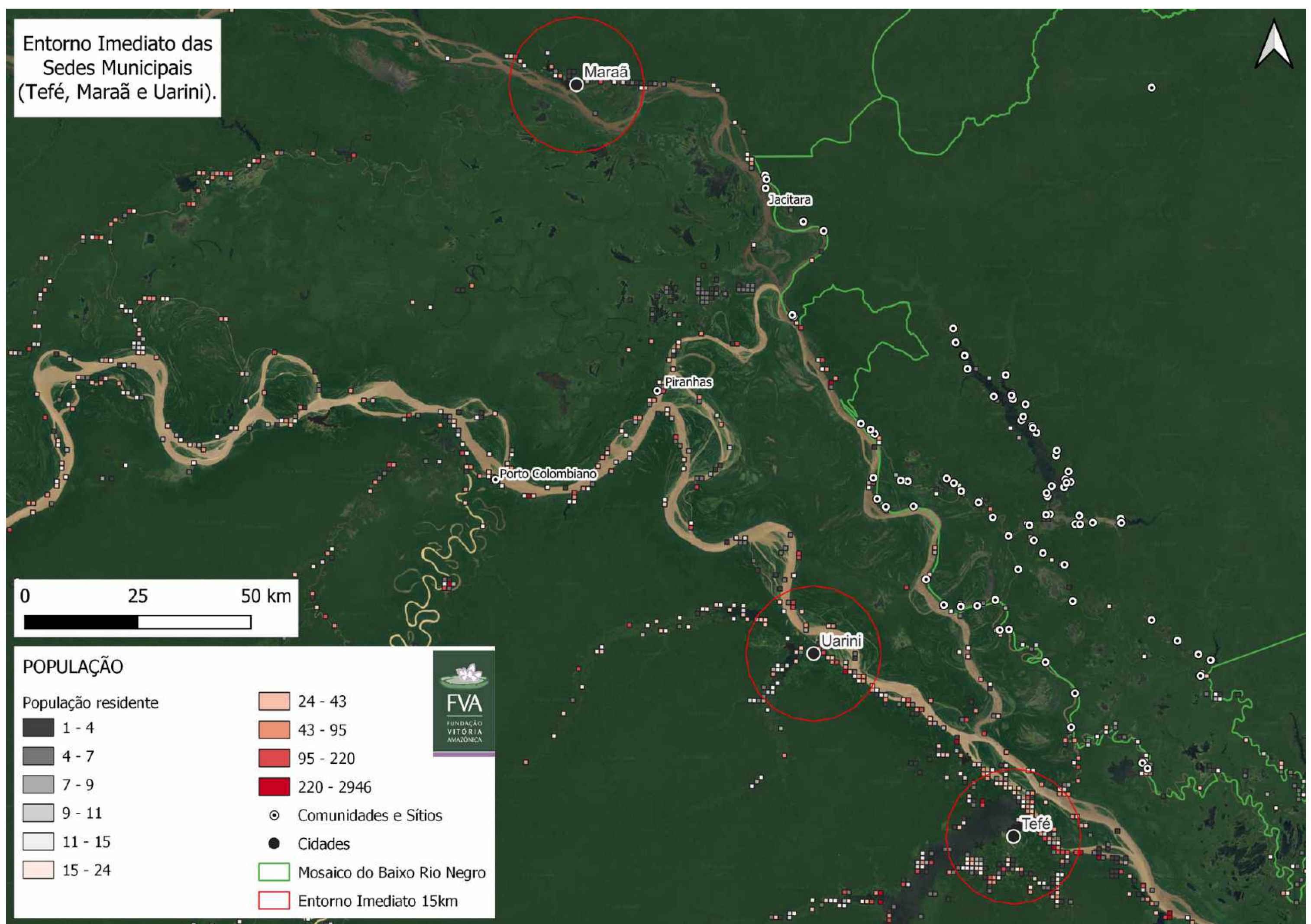


Figura 11. Mapa do entorno imediato de Tefé, Maraã e Uarini.

Por fim, para entender melhor as dinâmicas urbanas e de como as cidades influenciam às mudanças da paisagem em sua região, principalmente em unidades de conservação, são necessários diversos estudos específicos sobre a rede urbana, a ocupação humana e as dinâmicas que permeiam a movimentação de pessoas e mercadorias no território. Esta nota técnica pretende ser o ponto de partida para melhorar a compreensão dos atores e dos aspectos relevantes do território do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN).

Registre-se que estas análises, para terem uma melhor adequação, devem ser realizadas *in loco*, com aplicação de metodologias coesas, ressaltando que o MBRN é uma porção territorial que perpassa o contexto nacional de regionalização, atravessa interflúvios e tem influência direta de grandes calhas de rios. Também possui dinâmicas únicas pelo arranjo geopolítico e de gestão do território em diversas esferas.

Além disso, no território atuam redes de atores e sujeitos distintos como a influência das cidades, vilas e comunidades nesta região, o que exige uma melhor abordagem sobre essas características.

Vilas e o contexto histórico na região do rio Negro.

Para Amazônia, os contextos urbanos devem ser descritos de forma cuidadosa, pelas diferenças impostas pelas condições tanto da rede urbana, quanto do próprio território. Neste contexto, podemos descrever uma hierarquização distinta das urbanidades na Amazônia, de acordo com (SCHOR *et. all.* 2011), onde foram consideradas diferenciações entre os tipos de cidades médias e cidades pequenas, caracterizando, não somente o perfil da cidade, mas o papel que a cidade exerce na rede urbana que se constitui ao longo da calha dos rios.

Apoando-se nesta característica de hierarquização urbana, e tendo na composição da importância territorial dos aglomerados humanos, faremos uma breve descrição dos nós territoriais relevantes na região do baixo rio negro, com ênfase na população e nas dinâmicas de uso do território.

No MBRN não foram identificadas vilas de acordo com as definições do IBGE, porém, podemos identificar aglomerados humanos, comunidades, que tem um papel de centralidade na rede urbana, tendo potencial para serem consideradas embriões de vilas. Pela definição, as vilas são localidades com o mesmo nome do distrito que a pertence, neste contexto no entorno do MBRN, situam-se as Vila de Moura e Vila de Carvoeiro.

Sem dúvidas as vilas são pontos importantes para se entender o contexto urbano na Amazônia, no Mosaico do Baixo Rio Negro temos casos bem importantes para ressaltar. Parte disso, necessita-se da contextualização histórica destes aglomerados humanos, o próprio município de Barcelos, no entorno do MBRN, tem origem da elevação da comunidade a categoria de Vila em 1758 e 100 anos após, teve sua sede movida para a Vila Moura, voltando a sede denominar-se Barcelos em 1881). [...] Em 1930 a Vila de Barcelos foi extinta e anexada ao município de Moura, voltando a ser restaurada um ano após desmembrada. Sendo elevada a categoria de cidade em 1938 e em 1961 desmembrando-se os distritos de Carvoeiro e Moura, atualmente vilas. (BARCELOS, 2012 apud. IBGE, 2021

Sendo assim, destacamos a existência atual das vilas de Moura e Carvoeiro, com importância territorial principalmente, na região entre as cidades de Novo Airão e Barcelos, sendo pontos de entrepostos entre as comunidades e as cidades. Destaca-se nesse contexto as ruínas de Airão Velho, centralidade fundada em 1694, e que hoje não possui habitantes, apenas um monumento histórico que recorda as antigas centralidades existentes no rio Negro.



Figura 12. Ruínas da Vila de Airão Velho

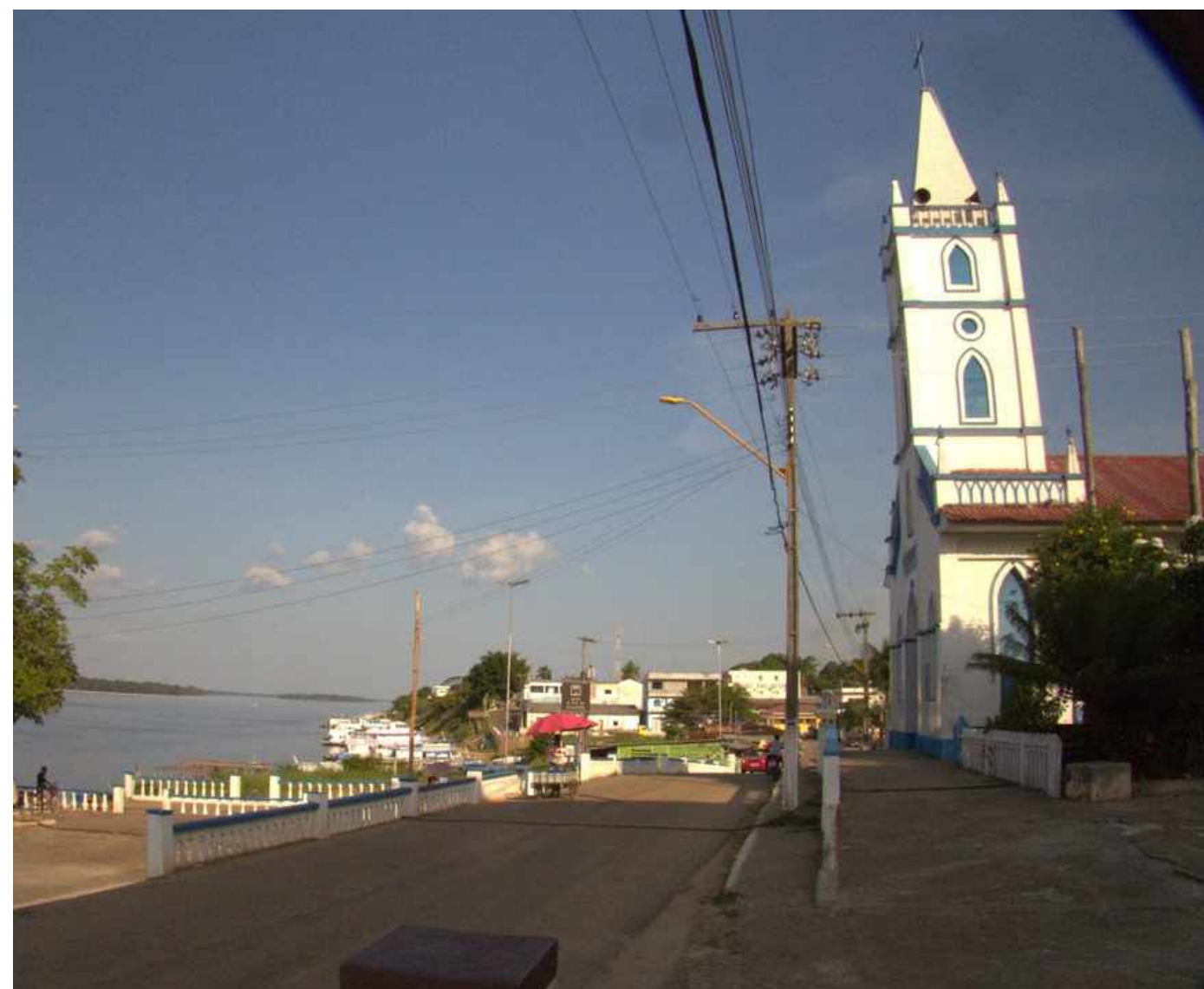


Figura 13. Orla da cidade de Barcelos

Noutro porção do território, destacamos a existência das Vilas de Paricatuba, Cacau Pirêra, Ariaú e Lago de Limão, no município de Iranduba, sendo a sede dos 05 distritos municipais. São aglomerados mais populosos por sua localização as margens de rodovias, sendo acessados de forma direta e por sua localização em uma APA, território menos restritivo.

Comunidades expressivas e suas centralidades na região do MBRN.

Rio Unini (PARNA Jaú e RESEX rio Unini)

A calha do rio unini é o limite geográfico que divide a Resex rio Unini e o Parque Nacional do Jaú, e nesta calha podemos identificar tanto comunidades que estão na margem do Parque Nacional, quanto da Reserva Extrativista. Atualmente possui 10 comunidades ativas, as que destacam por seu aglomerado de habitações, população e áreas de uso são: Tapiira, Vista Alegre e Terra Nova. Estas podem ser consideradas são comunidades de relevância territorial, influenciando e tornando-se centrais no rio Unini. Porém, destaca-se no contexto desta porção territorial não haver vilas com infraestrutura bem definida, apenas comunidades com centros comunitários, escolas, casas distribuídas as margens da hidrografia, não possuindo vias, nem urbanização. Das poucas infraestruturas encontradas, destacamos a presença de telefonia pública, energia elétrica intermitente, escolas municipais e áreas de uso comun.

Parque Nacional do Jaú

Esta calha de rio está inteiramente contida no PARNA Jaú, historicamente possuía muitas comunidades que estavam espalhadas do alto ao baixo curso do rio, porém com a implementação do PARNA, houve uma mudança nas dinâmicas sociais nesta calha. Atualmente as comunidades que ainda possuem famílias são: Cachoeira, Patauí, Lázaro e Tambor, comunidades como São Francisco o Seringalzinho possuem localização geográfica, porém sem nenhum morador. Todas as comunidades apresentam escola e professor com exceção de Patauí, onde os estudantes se deslocam até a comunidade do cachoeira para o estudo.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista

A RDS Puranga Conquista está localizada na porção mais a jusante do baixo rio Negro na margem esquerda, iniciando próximo ao estreito, continuando a montante cerca de 37 km até a foz do rio Cuieras. Das comunidades que se destacam como centralidades, destacamos: Bela Vista do Jaraquim, Nova Espença e Santa Maria. Estas comunidades apresentam infraestruturas e podem ser definidas como principais polos da RDS Puranga Conquista, contando com: Comércio, Escolas, pousadas, igrejas, estruturas que as consolidam com embriões de vilas.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé

A RDS do Tupé é uma unidade de conservação municipal e a menor segunda menor no contexto do Mosaico do Baixo Rio Negro, sendo maior apenas que o Parque municipal da Caçimba em Novo Airão, adicionado recentemente. Destacam-se nesta UC as comunidades do Livramento, como maior aglomerado humano, a comunidade do Julião, seguida pelas comunidades da Agrovila, Central e São João.

Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte

O parque Estadual setor norte está localizado a montante do município de Novo Airão, possuindo algumas comunidades das que podemos destacar as comunidades do Castanho e Mirituba.

APA da margem direita do rio Negro Setor Paduari/Solimões

Esta APA possui centralidades distintas por sua grande extensão e localização, iniciando a montante de Novo Airão, confrontantes com o PAREST Setor norte, até o Encontro das Águas, podendo-se destacar comunidades como o Sobrado, Bom Jesus, no Rio Negro e Paricatuba, Cacau Pirêra, Lago do Limão, Januari e o entorno da AM-070 com inúmeros imóveis, condomínios e chácaras.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro

A RDS do Rio Negro localizada na margem direita possui suas comunidades acessadas por modal fluvial onde se destacam as comunidades do Igarapé-Açu, Tumbira, Ingleses e São Tomé. É uma das Unidades de Conservação do MBRN mais ameaçada pela proximidade com a cidade de Manacapuru e pelos diversos acessos por ramais oriundos da APA Margem direita.

APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Tarumã-Açu/Mirim

A APA Margem esquerda está situada entre as bacias dos Igarapés Tarumã-Açu e Tarumã-Mirim, seu território é limitrofe a área urbana da cidade de Manaus, possuindo tanto acessos rodoviários quanto fluviais as suas comunidades, é sem dúvida a mais ameaçada UC do MBRN, apresentando inúmeros focos de calor e desmatamento. Pode-se destacar a comunidade Nossa Senhora de Fátima e o Ramal do Pau Rosa como centralidades.

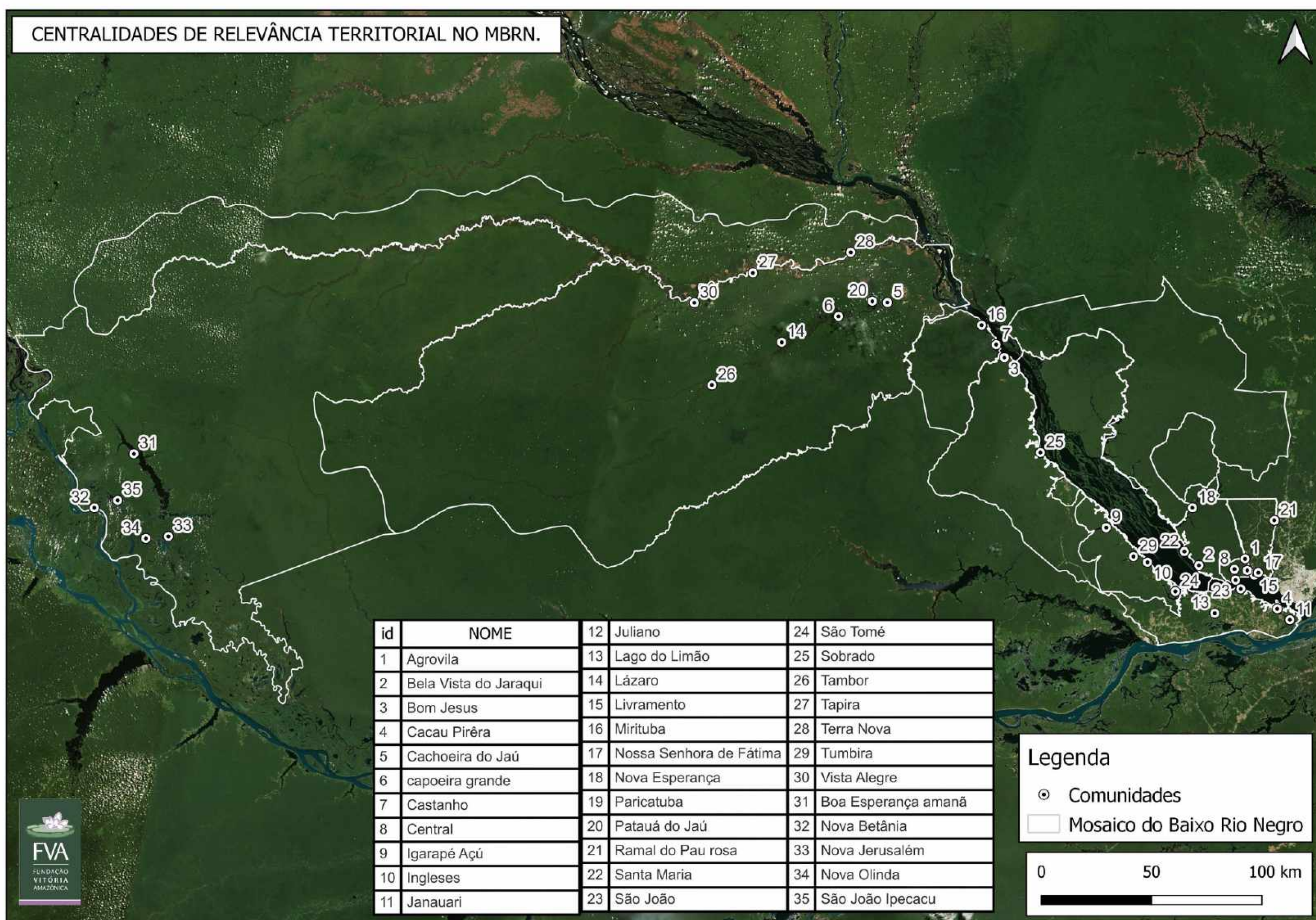


Figura 14. Centralidades de relevância territorial no MBRN

Por fim, destacamos a necessidade de estudos mais aprofundados para identificação dos Sistemas Territoriais existentes no contexto do MBRN, a descrição realizada é bastante superficial e pode apresentar mudanças no contexto de comunidades, pelo fato da movimentação territorial das populações, surgimento e desaparecimento de comunidades, além das dinâmicas intrínsecas ao território. Esta Nota Técnica tem como objetivo nortear novas análises, surgindo como ponto de partida para novos estudos, e contrapontos.

Considerações e recomendações

Entender as dinâmicas urbanas e as centralidades que estão localizadas no MBRN é de suma importância para a gestão territorial e para o entendimento das mudanças contínuas na região. Parte disso, situa-se esta nota técnica como ponto de partida para novos estudos, buscando aprofundamento nas dinâmicas urbanas, de uso de recursos, de impactos ambientais e das ameaças ao território do MBRN.

O monitoramento contínuo de variáveis ambientais possibilita compreender os impactos antrópicos no MBRN, este entendimento é de suma importância para identificar potenciais riscos ao ambiente e ao bem-estar das populações, auxiliando na identificação de lugares com maiores pressões e, assim, subsidiar políticas públicas eficazes para a gestão territorial com inteligência geográfica. Neste ponto, destacamos que mesmo com os baixos números em relação a queimadas e desmatamentos, é necessário fortalecer as brigadas de combate a incêndios comunitárias, formação de agentes ambientais voluntários e outras ações participativas de educação ambiental, formação de lideranças e comunicação.

Para tanto indicamos recomendações de ações futuras para a melhoria da gestão territorial do MBRN:

- a) Fortalecer os processos de gestão territorial com autonomia das instituições e de forma participativa;*
- b) Criar ferramentas de monitoramento ambiental eficazes e com pronta resposta a ocorrência de ilícitos;*
- c) Criar parcerias com instituições e empresas para fomentar o desenvolvimento econômico sustentável*
- d) Implantar um zoneamento econômico ecológico para a região do MBRN de forma a identificar áreas com potenciais territoriais para o desenvolvimento econômico;*
- e) Contruir infraestruturas físicas e móveis que dêem suporte as ações no território;*
- f) Gerar capacidades técnicas por meio da educação, para auxiliar formas de agricultura de baixo impacto;*
- g) Fortalecer ações de desenvolvimento inovadoras na região com base na bioeconomia e em produtos da sociobiodiversidade.*

Referências

Barcelos (AM). Prefeitura. 2012. Disponível em: www.barcelos.am.gov.br. Acesso em: mar. 2012.

BARTOLI, Estevan. O retorno ao território a partir da cidade: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM). 2017, Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Campus Presidente Prudente, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, 2017.

BRASIL. Ministério da economia, 2022.

O que são Mosaicos de Unidades de Conservação. Dicionário Ambiental. ((o)eco, Rio de Janeiro, mar. 2017. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/o-que-sao-mosaicos-de-unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 08 de Outubro de 2022.

SCHOR, Tatiana; COSTA, DPD. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do rio Solimões- Amazonas-AM. As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, p. 129-146, 2011.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Ministério do Meio Ambiente. SOARES, M.C.C (Coord.), BENSUSAN, N. & NETO, P.S.F. Entorno de Unidades de Conservação: Estudo de Experiências com UCs de Proteção Integral.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2021.

IBGE, Censo Demográfico 2010.

IBGE, Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE, Cadastro Central de Empresas 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE, Cadastro Central de Empresas 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE, Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) 2020 (data de referência: 31/12/2020).

IBGE, Estimativa da população 2020 (data de referência: 1/7/2020).



Realização



Parceiros Financiadores

